

---

## Transmissão de valores no seio da família. Persistências e mudanças

Ana Sofia da Silva Leandro<sup>1</sup> e Maria Engrácia Leandro<sup>2</sup>

Na actualidade, os fenómenos de produção e transmissão de valores inscrevem-se num conjunto de mudanças que se estendem a toda a sociedade. A família, participando deste conjunto de modificações, não fica indiferente perante este fenómeno, sendo também ela própria sujeito-actor deste vasto conjunto de transformações. Daí, que a seu modo e de maneira dinâmica, ao mesmo tempo que recebe influências da sociedade, também é produtora de mudanças e procura implementar novos valores, a par de outros herdados e agora reinterpretados, tendendo a transmiti-los às gerações mais novas. Aliás, como refere L.-V. Thomas (1993), individual e socialmente, nada é mais mobilizador do que os valores. São eles que nos motivam e, seja qual for a designação que lhes atribuímos, conferem sentido ao que fazemos, porque acreditamos neles. Deste modo, é através dos valores, que nos movem, que somos capazes de nos empenhar por uma causa, procurando atingir objectivos mais elevados como, por exemplo, a Justiça, a Verdade, o Bem, o Amor, ou mesmo o Interesse bem orientado.

Tenha-se, contudo, em conta que as interpretações, quanto à forma e ao conteúdo dos valores, variam de uma sociedade e de uma época para as outras. Isto não impede que o acto de *transmissão*, desde tempos imemoriais, seja uma regra comum de todas as sociedades: A educação, normalmente, atribuída, em primeira instância, à família, permanece uma característica humana universal, aquela que faz do homem um ser social ou político, para retomar o pensamento de Aristóteles. Com efeito, todo o homem, ao nascer, entra num mundo humano que, necessariamente, o precede englobando-o como uma totalidade antropológica matricial. Tal é a realidade da civilização no interior da qual cada um se inscreve em relação a uma comunidade de pertença. Sendo assim, constata-se, unanimemente que, mesmo os mais cépticos, quanto aos valores, insistem na necessidade de uma transmissão, ainda que ela tenha revestido diversas formas no decorrer dos tempos.

Segundo P. Ariès (1960), no Antigo Regime, as crianças não são vistas diferentemente dos adultos. Daí que possam passar sem a ajuda da mãe ou da ama, a partir dos seis ou sete anos e sejam consideradas aptas para trabalharem como aprendizes em casa de um mestre. Em tais circunstâncias, a socialização da criança e a transmissão dos valores não são totalmente asseguradas pela família, mas antes pela aprendizagem, isto é, pelo contacto directo com o mundo dos adultos. Esta entrada precoce no mundo dos adultos é acompanhada por uma separação da família, através de uma prática, generalizada, presente na deslocação para a casa de outrem. A criança é, assim, socializada por uma outra família, estando ao seu serviço, inclusive no caso dos grupos aristocráticos ou similares. Isto significa que o espaço “privado”, relacional, afectivo e educativo, entre pais e filhos, é, em boa verdade, uma invenção “moderna”.

Deslocando mais incisivamente a atenção para a socialização, podemos dizer que a família moderna atribui uma grande importância a esta dimensão da vida, ainda que seja coadjuvada por outras instâncias nestas tarefas. Por exemplo, a escola, a televisão e o grupo de pares exercem um papel de relevo a este respeito, sem que, no entanto, o papel da família seja relegado para segundo plano. De resto, a escola, como o verificámos entre as famílias portuguesas em França e na Alemanha, desde meados dos anos oitenta do século passado (M. E. Leandro, 1995, 2002) e o sublinha F. De Singly (1993), é cada vez mais objecto de investimento familiar na educação dos filhos, visando ou a reprodução social para os que já usufruem de um capital socio-cultural elevado ou a melhoria do capital cultural e social para outros de outra condição social. Com efeito, através de um diploma escolar valorizado, poder-se-á aceder a uma outra profissão, possivelmente melhor qualificada que a dos pais e, por conseguinte, a um estatuto de promoção social, como se vem verificando, entre nós, em muitas situações de há uns anos a esta parte. Outros, porém, através da escola, dificilmente conseguem ultrapassar o

---

<sup>1</sup> Licenciada em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa

<sup>2</sup> Professora de Sociologia do ICS da Universidade do Minho

patamar social que herdaram dos pais, uma vez que o insucesso escolar continua elevado entre nós. Desta maneira se reproduz uma linha genealógica que muitas vezes teima em persistir.

Mesmo assim, do que essencialmente se trata aqui é de uma “revolução escolar” onde a família, sem deixar de transmitir determinados valores como a ética do esforço, o trabalho e a procura do “sucesso”, vem investindo bastante na escola. Por seu lado, esta tem exercido um papel de motor decisivo em termos de mobilidade social, ainda que nem sempre o diploma escolar alcançado permita auferir do emprego adequado. Refira-se que o aumento de capital cultural, por parte dos filhos, nem sempre é acompanhado pelo aumento do capital social da família, no sentido desta poder mover influências à semelhança de outras que usufruem de outras condições sociais. Seja como for, essa “revolução” favorece o desenvolvimento das capacidades individuais, eleva a possibilidade geral de adquirir capacidades particulares, alargando, também, a visão do mundo. Ela abre, ainda, o campo dos destinos sociais possíveis, incitando à auto-organização das trajectórias, uma vez que o destino escolar é essencialmente vivido pelos jovens como relevando unicamente da sua responsabilidade. Contudo, este fenómeno nem por isso deixa de comprometer menos a família no sentido de uma mobilização em torno do projecto escolar dos filhos.

Mas estes novos investimentos da família na educação escolar não anulam, de modo algum, o seu papel de transmissão intrafamiliar que é, quase sempre, determinante no percurso de vida dos jovens e das pessoas, em geral. Os valores transmitidos no seu seio, contrariamente a uma recusa da reprodução dos mesmos ou até das correntes que afirmam que a família hodierna, em termos educativos, se preocupa menos com esse factor, a vida em comum implica isso mesmo, através dos comportamentos, com particular destaque para os femininos mais propensos e mais influentes quando se trata dos fenómenos de transmissão (F. De Singly, 1987-1997). Por outro lado, uma das complexidades deste problema nas famílias, tem a ver com o facto de um certo número de valores serem transmitidos de maneira consciente e voluntária, outros serem considerados ultrapassados para os tempos modernos, mas permanece a parte mais importante e mais difícil de discernir, isto é, tudo o que se transmite de maneira inconsciente e involuntária. Por exemplo, a quase unanimidade dos nossos inquiridos considera que os filhos têm necessidade dos pais e que os filhos têm deveres para com os pais. Ademais, os primeiros consideram que os segundos se esforcem para que nada lhes falte e possam ter um futuro ainda mais promissor que o seu. Assim, tendo em conta os dados recolhidos, podemos considerar, tal como refere P. Bourdieu (1989), que os “*habitus*” familiares fazem interiorizar os valores nas práticas do dia a dia.

Por outro lado, os valores nunca são orientados de maneira horizontal e nada permite afirmar que sejam apreendidos como objecto de uma escolha livre. Porém, no espírito dos nossos inquiridos, denota-se uma certa hierarquia dos valores concebidos como objectivamente válidos. Esta estruturação persiste, ainda que com algumas modificações, no decorrer do tempo. Mas, mesmo assim, esta “deformação” não é aleatória: Ao contrário, obedece a tendências mais gerais. Por exemplo, quando se interrogam os pais sobre os valores que visam transmitir aos filhos, *grosso modo*, a hierarquia dos valores varia pouco de uma geração à outra, embora os pais mais jovens tenham outro sentido da autonomia dos filhos. Na esteira de R. Boudon (2002), podemos, pois, dizer que as designadas “pós-industrialização”, ou “pós-modernidade, parecem, assim, não voltar as costas ao industrial e à modernidade. Elas dão-lhes continuidade, na medida em que não só as retomam, como também conferem aprofundamento, relativamente a muitos valores que as mesmas nos legaram.

Visando apreender algumas destas questões, o objectivo deste estudo, apoiado num trabalho de campo, à base de inquéritos, realizado no distrito de Braga, é propor algumas pistas de reflexão acerca da transmissão de valores de uma geração à outra. Sabendo que vectores de socialização, como os grupos de pares ou os *mass media* exercem um papel importante nesta matéria, inclusive sobre a socialização familiar, neste trabalho centrar-nos-emos, tão só, sobre as transmissões familiares.

Daqui decorrem três questões fundamentais: Como se faz a transmissão de valores no seio da família? Quais são os modos de transmissão? Que valores se transmitem?

Procuraremos reflectir através dos dados recolhidos junto de famílias conjugais, tendo, sobretudo, em conta a transmissão de valores, de comportamentos, de normas sociais, em referência às noções de moral, ética e cidadania, associando-as aos modos de educação familiar.

## Metodologia

Em termos metodológicos, importa referir que este trabalho tem por base um inquérito de índole quantitativa, junto de 99 famílias biparentais <sup>1</sup>, unicamente com filhos com mais de 15 anos. No total, foram inquiridas 320 pessoas, ou seja, 198 pais e 122 filhos, cujas características podem ser observadas através dos dados insertos no quadro nº 1. Este estudo teve lugar no distrito de Braga durante o último trimestre de 2002 e o primeiro de 2003.

Queremos, porém, precisar que este trabalho contém uma limitação: não se trata de uma amostragem representativa, seleccionada segundo as regras probabilísticas. Assim, na área do distrito de Braga, foram escolhidas famílias que, reunindo as condições primordiais de selecção acima indicadas, abrangessem um leque de várias condições sociais e se mostrassem dispostas a colaborar neste estudo.

Posto isto, qual é, apesar de tudo, o interesse destes dados e quais são os seus limites? Tratando-se de inquéritos dirigidos aos pais e respectivos filhos, não se dispõe, por conseguinte, das opiniões de uma população em geral, ou do conjunto de adultos sobre os sujeitos de transmissão ou de produção de valores. Aludindo, ainda, a algumas características elementares deste processo de recolha de informação, importa referir que pais e filhos foram interrogados no próprio espaço doméstico, quase sempre a partir das mesmas questões. Deste modo, não concebemos unicamente a análise em termos de gerações, mas podem fazer-se cruzamentos, comparando a opinião dos pais com a dos seus próprios filhos. Estamos em crer que estes procedimentos nos permitem estar mais próximos do sujeito.

Quadro nº1

Características do Inquiridos									
Sexo		Idade		Grau de escolaridade			Estado Civil		
H	M	H	M						
				Não sabe ler nem escrever		1	Solteiro(a)	119	
146	174	15-19	12	22	Sabe ler e/ou escrever		1	Casado(a)	200
		20-24	23	42	Ensino Primário completo		85	Divorciado(a)	1
		25-29	9	7	3º, 4º ou 5º ano do liceu incompleto		29		
		30-34	5	3	5º ano do liceu completo		23		
		35-39	1	5	6º ou 7º ano do liceu incompleto		18		
		40-44	14	17	7º ano do liceu completo		45		
		45-49	22	36	Curso pós-secundário		84		
		50-54	36	25	Curso superior completo		25		
		55-59	15	11	N/R		9		
		60-64	7	4					
		65-69	0	0					
		70-74	1	1					
		75-79	0	1					
		80-84	1	0					

Fontes: dados do inquérito “Produção e transmissão de valores no seio da família” concebido para esta recolha de dados

<sup>1</sup> Parte destes inquéritos foram realizados pelos alunos do 3º ano do Curso de Sociologia que frequentaram a disciplina de Sociologia da Família no ano lectivo de 2002-2003. A todos exprimimos a nossa profunda gratidão. Os restantes inquéritos foram realizados por uma das autoras deste trabalho: Ana Sofia da Silva Leandro que fez, também, o tratamento de todos os dados recolhidos.

## **A família e a sua juventude: O sentido de uma orientação**

Os dados desta investigação dizem-nos uma coisa extremamente importante que é, em nossa opinião, contrária a uma hipótese que poderíamos ter feito, tendo em conta uma maior desestabilização das estruturas familiares nos tempos que correm, as mudanças de que a sociedade e a família têm sido alvo, inclusive em matéria de socialização e de uma nova percepção dos valores morais. No quadro em análise, a produção e transmissão de valores, no seio da família, faz-se sem qualquer tipo de resistência por parte dos jovens, ainda que, sob certos aspectos, se denote uma maior abertura e “permissividade” (P. Ferreira, 2003) por parte destes, mas a que não é alheia um certo número de pais, com particular destaque para as mães e os casais mais novos. Ora, o senso comum e mesmo certos teóricos que trabalharam sobre estas questões (B. Wilson, 1985; L. Roussel, 1991; U. Beck, 1993; A. Giddens, 1999) pronunciam-se no sentido de uma descontinuidade entre o ontem e o hoje, entre os pais e os filhos. Todavia, segundo os dados deste trabalho, parece haver antes alguma continuidade, na grande maioria dos casos estudados e dos valores retidos, embora possamos encontrar algumas excepções, sobretudo, quando se trata de valores morais. Mas, na generalidade das situações, podemos continuar a sustentar o argumento de uma certa continuidade entre pais e filhos. Falaremos apenas de seis aspectos, partindo do cruzamento das opiniões dos pais e dos filhos e tendo em conta as suas convergências e divergências.

### **Continuidade e mudança de valores**

O primeiro aspecto abordado tem a ver com a valorização da família. À questão de saber se a família era um valor importante, a totalidade dos inquiridos, pais e filhos, respondem favoravelmente. Denota-se, então, que se continua a atribuir uma importância fundamental à família, nos tempos que correm, ainda que esta venha sendo palco de diversas mudanças.

Estes dados vão de encontro aos resultados que foram produzidos, à escala nacional e internacional, no quadro do inquérito aos valores europeus, em 1999, segundo os quais a família, é para 84% dos portugueses e para 87% dos europeus um valor muito importante (A. De Almeida, 2003). À escala mundial os trabalhos de R. Inglehart et al. (1998) vão no mesmo sentido. À questão de saber se a família é um valor importante, a maioria dos jovens interrogados respondem positivamente, ou seja, 92% nos Estados Unidos, 89% no Canadá, 87% na Inglaterra, 85% na Suécia, 83% na Itália e 77% em França, entre outros. Denota-se, apenas, uma pequena erosão na medida em que, em todos os países, os pais respondem, positivamente, em percentagens mais elevadas. Para além desta persistência da importância da família, consideram também que o casamento continua a ser um valor forte e que pais e filhos valorizam positivamente a fidelidade conjugal. Posições semelhantes, quer se trate dos pais ou dos filhos, foram-nos reveladas pelos nossos inquiridos.

O segundo aspecto tem em conta a relação entre pais e filhos, fazendo intervir uma dimensão comparativa. De modo idêntico ao item anterior, encontrámos, aqui, uma grande consonância entre as duas gerações. Todos valorizam imenso a qualidade das relações que se tecem entre eles, mesmo que nem sempre as mesmas sejam apreendidas da mesma maneira. Por exemplo, os filhos, independentemente do sexo e da idade, apreciam nos pais a sinceridade, a compreensão, a dedicação, a capacidade de ajuda e a sua maneira de educar. Por sua vez, os pais (99,5%) consideram ter com os filhos relações de boa qualidade e dizem investir bastante numa educação que forme para a autonomia, a dedicação e a responsabilidade. Deste modo, o sentido e significado da obediência e do respeito, sem deixarem de ser totalmente abolidos, assumem agora outro significado. Quanto à obediência, ela faz mais apelo ao sentido da responsabilidade de uns perante os outros, ainda que os pais sintam que, em primeira instância, é a eles que compete tomar certas decisões, por exemplo, de carácter educativo. Quanto ao respeito, contrariamente a certas ideias pré-concebidas, não foi, hoje, extinto do interior da família, mas é vivido de maneira distinta. Ainda até pouco tempo entre nós, a noção de respeito inscrevia-se em certas circunstâncias que se podem traduzir pelo termo de “fatalismo”, ou seja, na crença de poderes exteriores (Deus, magia, natureza, destino) que legitimavam estas atitudes,

sem que a pessoa, por si mesma, as pudesse controlar. Daqui decorriam várias dependências e até medos, sendo de destacar os dos mais novos em relação aos mais velhos. Estes princípios têm, agora, mais a ver com uma certa ética inscrita no tempo e na materialidade das coisas e não tanto na exclusividade da religião, do dogma e da tradição.

O que acontece, é que tudo isto mudou de sentido e as razões que legitimam os novos comportamentos perante valores ancestrais terão que ter outros fundamentos, mais da ordem das verdades imanentes que se inscrevem num movimento de “*apropriação temporal*” (M. Gauchet, 1998).

Doravante, o respeito marca o reconhecimento, não de uma autoridade superior, mas de um direito de todo e qualquer indivíduo a ser reconhecido como pessoa. Sendo assim, não são apenas os filhos que devem respeito aos pais, mas estes também são cada vez mais solicitados a respeitarem os filhos, como refere o Art. 1878º do Código Civil de 1977, preconizando que pais e filhos se devem *mutuamente respeito*, o que parece ir sendo interiorizado, paulatinamente, pelos nossos interlocutores. Aliás, o respeito por outrem, representa, possivelmente, um valor moral fundamental, o que implica que pais e filhos não aceitem qualquer comportamento a este propósito. Todos consideram que, embora em grau e qualidades diferentes, ambos têm direitos e deveres entre si.

Deste modo, o respeito pela dignidade do outro não é um valor novo. Mas a sua aplicação é exigida com alguma insistência, sobretudo pelos jovens, ao mesmo tempo que se alarga o seu campo de aplicação. Com certeza que se verificam mudanças. Mas, em matéria de valores intrafamiliares, elas são menos brutais do que frequentemente ouvimos apregoar. Elas não traduzem um desaparecimento do sentido dos valores, mas antes transformações traduzindo ponderações diferentes dos valores. O recurso a outros temas como o trabalho, a política, a solidariedade o altruísmo atestam esta realidade.

Actualmente, verifica-se, ainda, que em matéria de socialização, não são só os pais que são veículo de transmissão aos filhos, mas também estes são transmissores de novos valores e novos olhares sobre as pessoas, a família e a sociedade. Referindo-se a esta questão, M. Mead (1977) considera que passamos de sociedades “*pré-figurativas*” para sociedades “*pós-figurativas*”, ou seja, aquelas onde não são só os mais velhos que transmitem valores, já que estes também aprendem com os mais novos. De resto, com a influência da técnica e da modernidade inacabada (J. Pavageau et al., 1996) que é movimento pelo movimento e investe no novo pelo novo, na mudança pela mudança, sob muitos aspectos, o saber dos anciãos é considerado obsoleto em detrimento da novidade e da descoberta contínuas que são mais apanágio dos jovens. Daí que se possa dizer que é no reencontro entre as gerações que os valores, os saberes e a sabedoria podem ser mais fundamentados e as sociedades mais harmoniosas.

Postos perante estas situações os dados recolhidos indicam, também, que passamos de um tipo de socialização autoritária para uma educação menos directiva e, por conseguinte, a transmissão parece mais assegurada, porque menos baseada no medo e nos recalamentos. Ademais, os próprios pais modificaram os seus sistemas de valores, mas nem por isso deixam de os transmitir aos filhos, à luz das novas reinterpretações. Por exemplo, atribuem mais importância à inculcação da autonomia, do gosto pelo trabalho, da responsabilidade, da determinação e da “*ética do esforço*” (M. E. Leandro, 1995).

A terceira dimensão é retirada do domínio da política. Quando se cruzam as posições dos pais e dos filhos, ambos afirmam que não consideram grave que uns e outros tenham orientações políticas diferenciadas: 94,4% e 100%, respectivamente. Verifica-se, contudo, que sobre o eixo esquerda-direita, há uma grande tendência dos filhos a seguirem as mesmas orientações políticas dos pais. Procurámos de igual modo, indagar sobre o interesse que ambos atribuíam ao facto de participarem em grupos políticos. A verdade é que a maioria não dá grande importância a este facto: 56,1% para os pais e 53% para os filhos. Apercebemo-nos, assim, que os pais, não dando muita importância a esta dimensão da vida, induzem os seus filhos a adoptar comportamentos semelhantes e, inversamente, para aqueles que assumem a posição contrária. Invocando os comportamentos em matéria de aconselhamento político, sobretudo dos pais em relação aos filhos, constata-se que todos emitem uma opinião sobre o

assunto. Porém, 93,1% dos pais limita-se a manifestar as suas preferências, ao passo que 5,1% aconselha os filhos a reflectir e 1,7% incentiva-os a votar no seu partido. Vem a propósito referir que 77,4% dos filhos declara não pedir opinião aos pais, antes de votarem. Denota-se aqui uma maior autonomia dos filhos que merece o respeito dos pais.

O quarto aspecto prende-se com a posição perante a religião. Para explicitar o alcance desta variável, vale a pena recordar que se observa uma tendência para a diminuição das práticas religiosas, com particular destaque para o grupo dos jovens, inclusive na Arquidiocese de Braga, onde esta realidade é das mais elevadas, a nível nacional. Porém, os últimos recenseamentos, abordando esta questão, não deixam margem para dúvidas. Aqui, a prática religiosa era em 1977 de 56,4%, tendo passado para 44,3% em 1991, isto é, menos 12,2% (M. Leandro, M. Vaz Pato, 1997). Não são ainda conhecidos os resultados do último inquérito realizado, em 2001, embora, em termos gerais, as informações apontem para uma baixa mais acentuada. À escala nacional, os resultados, segundo o recenseamento de 1991, indicam que a prática religiosa era de 26%. Depois, todas as estimativas apontam para descidas substanciais na actualidade, à volta dos 20%. Na situação que estudamos, o caso dos jovens em relação aos pais é, no entanto, mais notório. Contudo, quando se cruza a pertença religiosa dos pais com a dos filhos, apercebemo-nos que há uma identidade de posições de uns e de outros: todos se afirmam católicos.

Querendo ir mais longe no alcance destas questões, procurámos saber se a religião era objecto de conversa no interior da família. Para 55,6% dos pais, efectivamente, trata-se de uma realidade integrada nas conversas familiares. Em contrapartida, os pontos de vista diferem, quando a mesma questão é posta aos filhos, ou seja, 54,2% diz não abordá-la com os seus pais. Aludindo, agora, às orientações religiosas, numa linha inter-geracional, 55,1% dos pais considera importante que os filhos sigam as suas orientações religiosas, contra 74,8% dos filhos que manifestam opinião diferente, isto é, os pais devem respeitar as suas opções nesta matéria. Mas todos se declaram católicos, não apontando hipóteses de mudança de religião. Questionados sobre o facto dos pais serem praticantes e os filhos não seguirem as suas pegadas, os pais mostraram-se bastante tolerantes em relação a este facto. Assim, 83,3% dos pais dizem que, respeitando as escolhas dos filhos, nesta matéria, não vêem nisso um problema de grande relevo. Por sua vez, 50,3% dos filhos partilha da mesma opinião, contra 49,7%, para quem é importante que pais e filhos sigam as mesmas orientações religiosas, inclusive no que se refere às práticas que daí decorrem. Estes dados permitem-nos afirmar que, pelo menos em cerca de metade dos casos dos jovens inquiridos, há uma identidade de posições entre pais e filhos acerca da religião.

Quando passámos ao quinto aspecto, ligado ao que designámos de moral quotidiana, avaliámos esta dimensão, a partir de uma grelha de análise que compreende várias variáveis, a saber: As relações de género no interior da família, assim como a atribuição das tarefas educativas, o diálogo entre pais e filhos, a sexualidade, a intervenção dos pais na liberdade de escolha dos filhos, a privacidade dos assuntos individuais e familiares, as opiniões acerca das novas formas e modos de constituir família e a honestidade.

No que se refere às relações de género, uma primeira análise permite constatar que, na prática, continua a haver uma desigualdade no interior da família, se bem que os discursos sobre estas questões se mostrem muito mais abertos. Por exemplo, a análise dos dados sobre as transmissões revela que, em certos aspectos, elas tendem ainda a ser reprodutivas, ou seja, as raparigas continuam a ser mais socializadas nas tarefas domésticas do que os rapazes, mesmo se, ao nível dos discursos, as coisas sejam objecto de transformações significativas. Quanto aos homens pais, 58,3% pronuncia-se a favor da sua participação nas tarefas domésticas, tal como as mulheres. Outro tanto se diga da opinião dos filhos rapazes, onde 79,6% tem opinião idêntica à dos pais. Se olharmos agora as coisas do lado das mulheres, constatamos que elas são ainda em maior número, a preconizar tais comportamentos. Deste modo, para 84,2% das mães e 93,2% das filhas, os homens devem participar igualmente em todas as tarefas domésticas, mas também acrescentam que, na prática, as coisas estão ainda muito longe de atingir estas primícias. Mas, o que é interessante constatar é que são exactamente as mulheres mães que

aplicam pouco na sua vida quotidiana familiar o que elas preconizam nos seus discursos, ou seja, a exacta partilha entre filhos e filhas.

Idênticas considerações podem ser feitas sobre as tarefas educativas. Neste ponto, o consenso entre homens e mulheres e entre diferentes gerações é, praticamente, igual, com percentagens a ultrapassar os 90%. Os pais devem ocupar-se conjuntamente das tarefas educativas. Contudo, a realidade indica que são, preferencialmente, as mulheres a realizar essas tarefas, tanto no interior da casa, como até das relações com a escola, ou outras instituições educativas, ou mesmo ao nível da ajuda nos trabalhos escolares. Refira-se, porém, que há cada vez mais homens a participar e a interessar-se por estas facetas da vida familiar. No entanto, há ainda uma certa tendência a sobrecarregar umas em detrimento dos outros. Podemos, então, dizer que os valores de igualdade e de autonomia parecem ter eco ao nível mental, quer junto das mulheres, quer dos homens, tanto dos pais como dos filhos. Só que os comportamentos, a este respeito, parece que carecem de reinvenção.

Se tivermos agora em conta o teor das conversas entre estes dois grupos, os dados revelam-nos que há uma nítida aproximação entre o que pensam os homens pais (93,8%) e as mulheres mães (94%) e que congregam igualmente a opinião dos filhos, para quem 93,9% dos rapazes e 98,6% das raparigas não deve haver qualquer tabu nas conversas entre pais e filhos. Sobre esta matéria, denota-se aqui alguma ruptura com a tradição, pois que, em muitos casos, parecia, por um lado, haver dificuldade em falar abertamente de todos os assuntos entre pais e filhos e, por outro, as opiniões dos filhos eram menos tidas em conta, quando se tratava de certos assuntos familiares.

Quanto às questões da sexualidade elas continham duas dimensões. Uma que se prende com o uso da pílula por parte de raparigas, com plena liberdade e autonomia e uma outra com as conversas sobre as questões acerca da sexualidade. Quanto à primeira, 67,7% dos pais homens considera que as raparigas não devem tomar a pílula quando quiserem, mas tão só a partir dos 18 anos, ou quando disso tiverem absoluta necessidade. Por sua vez, 52,5% das mães são favoráveis a esta prática, mas nunca antes dos 18 anos. Quanto à posição dos filhos ela é menos restrita, quer se trate de rapazes quer se trate de raparigas. Uns (66,7%) e outras (76,7%) são favoráveis ao uso da pílula, desde que disso tenham necessidade, sem terem que estar à espera da maioridade. Denota-se, desta maneira, que as atitudes dos filhos são mais permissíveis que as dos pais nesta matéria, mas que, mesmo assim, há uma relativa aproximação entre uns e outros com alguma excepção para as raparigas.

Aludindo, às conversas sobre sexualidade no interior da família, para 54,6% dos homens pais não há lugar para debater este tipo de questões com os seus filhos, ao passo que 66% das mães fala abertamente com os filhos sobre este assunto. Por seu lado, 53,2% dos rapazes diz não falar com os pais sobre sexualidade, contra 53,5% das raparigas que afirmam falar, claramente, com os pais sobre esta problemática.

Todas as considerações que possam ser desenvolvidas, a este propósito, revelam que há uma maior abertura da parte das mulheres, mães e filhas, para abordar temáticas desta natureza. Contudo, para os homens, pais ou filhos, as coisas parecem ainda mais difíceis de encarar com naturalidade. De resto, 48,8% dos homens pais inquiridos refere que a sexualidade é o principal tabu quando se tem em conta a conversa entre pais e filhos, contrariamente a 62,4% das mães que diz não haver assuntos tabus nas conversas familiares. Opinião idêntica a esta manifestam os filhos: 61% para os rapazes e 50% para as raparigas. Tenha-se, todavia, em conta que se manifesta, aqui, alguma dissonância, por parte dos rapazes, quando comparamos os dados desta resposta com a anterior. Em matéria de transmissão estas últimas observações são deveras interessantes, na medida em que revelam que certos comportamentos, sobretudo no que se refere aos homens, tendem a reproduzir-se de pais para filhos, no decorrer das gerações.

Referindo-nos aos estilos educativos, procurámos auscultar a opinião dos nossos inquiridos sobre a aplicação das punições. 80,2% dos pais e 61,1% dos filhos considera importante fazer intervir os castigos na educação. Em nosso entender, trata-se de uma dimensão que reveste alguma complexidade: valoriza-se a autonomia, mas nem por isso se faz tábua rasa de estilos educativos ancestrais, embora a natureza dos castigos, afora os casos de violência familiar, tenda a assumir, nos nossos dias, outros conteúdos e formas menos severos.

Combinando estes parâmetros com a ideia de liberdade outorgada aos filhos, constata-se que os pais são mais liberais quanto, por exemplo, à escolha dos filmes e divertimentos dos filhos. 71,6% e 70,2%, respectivamente, dizem não intervir nestas escolhas. Mesmo que os jovens de hoje tendam a fazer uma vida nocturna mais intensa, a maioria dos pais, conhecendo os amigos dos filhos, considera normal esta situação, contra 28,8% que tem opinião contrária. Em contrapartida, 56,8% dos pais atribuem muita importância à privacidade da vida familiar. Daí que, assuntos da família não devam ser abordados fora de casa. De facto, na esteira de E. Durkheim (1892-1975), podemos dizer que também se constata-se uma preocupação com a vida privada da família que só a ela diz respeito.

Quisemos, também, saber a opinião dos inquiridos acerca da coabitação pré-matrimonial. 50,5% dos homens pais pronuncia-se desfavoravelmente, ao passo que 58% das mães considera normal esta situação. Opinião idêntica, mas muito mais elevada, têm os filhos, ou seja, 87,8% dos rapazes e 91,5% das raparigas. Constatam-se aqui duas divergências. Uma tem que ver com a idade que engloba os pais numa posição mais relacionada com os valores tradicionais. No que se refere à influência do género, denota-se uma ligeira diferença entre os homens e as mulheres ainda que estas se mostrem mais abertas aos novos ventos da mudança. A outra prende-se com a atitude dos jovens, preconizando valores que se enquadram na modernidade familiar, ou seja, a conjugalidade pode ser vivida à margem do casamento.

Enfim, o sexto aspecto, tendo em conta valores como a honestidade, procura captar as percepções dos inquiridos, por exemplo, sobre a utilização dos bens alheios. Assim, 75% dos homens pais, 77,8% das mães, 69,4% dos rapazes e 67,6% das raparigas acham chocante o facto de alguém utilizar os bens de outra pessoa, sem antes lhe pedir a devida autorização.

Com esta referência a um vasto conjunto de valores morais, podemos dizer que é no domínio da moral quotidiana que, apesar das diferenças inter-geracionais, as transmissões parecem mais asseguradas.

Mas outras vertentes foram também abordadas, prendendo-se a primeira com as sociabilidades familiares. 77,7% dos filhos dizem receber pessoas em sua casa, sendo a maioria familiares e amigos; 70,4% dos pais pronuncia-se de modo idêntico. Mas, importa referir que estes pais declararam não pôr entraves a que os filhos recebam quem quiserem em sua casa, o que é corroborado pelos seus filhos. A segunda e última dimensão liga-se com questões existenciais que abarcam o sentido da vida e a felicidade. Para os pais, a felicidade está associada ao bom ambiente familiar, aos filhos e ao amor, sendo os valores mais importantes da vida a saúde, o trabalho, a felicidade e a educação. Para os filhos, a felicidade traduz-se pelo bem-estar familiar, pelos amigos, pelo amor e pela saúde, sendo também estes, a par do trabalho, os valores que mais os mobilizam. Em contrapartida, o desemprego, a saúde, a droga e a instabilidade futura são objecto de maior preocupação para os pais e para os filhos. Daqui se pode inferir, mais uma vez, que, no caso em estudo, o fenómeno da transmissão de valores inter-geracionais está, praticamente, assegurado, ainda que, em algumas dimensões, lhes sejam atribuídas pelos pais e pelos filhos significações algo diferenciadas.

## Conclusão

Apoiadas nos resultados aqui apresentados, podemos dizer que os processos de transmissão familiar se têm modificado menos sobre o essencial do que sobre a forma. Há um maior reconhecimento dos filhos enquanto seres autónomos, que têm direito de ser e de pensar diferentemente dos pais sem, contudo, deixarem totalmente de seguir as suas orientações. Mas é inegável que há uma maior tolerância perante a diferença. Por outro lado, denota-se que estamos perante uma família onde as relações são de melhor qualidade e com menos tabus. As formas de socialização e educação são menos autoritárias e menos directivas e, por conseguinte, a transmissão parece mais assegurada. Constata-se, também, que os pais modificaram os seus sistemas de valores. Atribuem menos importância a certos valores morais e ideológicos, mas interessam-se mais pelos modos de vida. No entanto, estes poderão reforçar-se se forem associados, de maneira persistente, a grandes princípios. De qualquer modo, importa ter presente que a melhor transmissão não se traduz pela repetição dos comportamentos.



Nestas circunstâncias, a transmissão é mais da ordem da valorização de uma vontade comum de mudança que, nem por isso, deixa de englobar também a memória e a fidelidade. Porém memória e fidelidade não significam reprodução. Não é a repetição do idêntico que está em jogo, nem a inclusão nostálgica de um tempo-espço que se pretenderia anular ou fixar de uma vez por todas. O reconhecimento e a fidelidade permitem organizar o encontro com o inesperado, o estranho e o novo. Tenha-se em conta que a transmissão é um acto de projecção – projecção num exterior, num outro, naquele que sucede. Todavia, para o realizar a transmissão tem que se apoiar numa anterioridade. É preciso partir do conhecido.

Sendo assim, a transmissão familiar opera-se na junção do que persiste e do que se inventa numa sociedade em profunda transformação, mas também no que permanece. A hierarquia dos valores, continuando a prevalecer, tende a mudar de uma geração à outra. Os jovens valorizam mais a autonomia e a democracia familiar do que os pais. No entanto, ambos continuam a atribuir importância à inculcação da independência, ao gosto pelo trabalho, pela responsabilidade, pela determinação e pela tolerância. Denota-se, ainda, que se dá menos importância à transmissão das boas maneiras, dos valores religiosos, do sentido da poupança e da obediência. São sobretudo os valores, insistindo na autonomia do indivíduo que estão em alta. Ao contrário, os valores, implicando a submissão do indivíduo às instituições, às ideias, aos princípios tradicionais, entre outros, são menos valorizados pelos jovens.

## Bibliografia

- ARIES, Philippe (1960), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- BECK, Ulrich. (1993), Nitch Autonomie, sondern Bastelbiographie, *Zeitschrift fur Soziologie*, 22, 3, juin, pp. 178-187.
- BLOSS, Tierry. (1997), *Les liens de famille. Sociologie des rapports entre générations*, Paris, PUF (Coll. "Le sociologue").
- BOUDON, Raymond (1998), *Le sens des valeurs*, Paris, PUF (COLL. "Quadrige")
- BOUDON, Raymond (2002), *Déclin de la morale? Déclin des valeurs?*, Paris, PUF.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *La noblesse d'État*, Paris, Ed. de Minuit.
- DE SINGLY, François (1987-1997), *Fortune et infortune de la femme mariée*, Paris, PUF (Coll. "Économie en liberté").
- DE SINGLY, François (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- DUBAR, Claude (2000), *La socialisation*, Paris, Armand Colin.
- FERREIRA, Pedro (2003), "Valores morais: as noções de "certo" e de "errado" na transição pós-moderna", in VALA, Jorge, VILLAVARDE CABRAL, Manuel, RAMOS, Alice, (orgs), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL., pp. 95-120.
- GAUCHET, Michel (1998), *La religion dans la démocratie. Parcours de laïcité*, Paris, Gallimard.
- GIDDENS, Antony (1999), *Runaway World*, London, Profile Books.
- INGLEHART, Ronald et al. (1998), *Human Values and Beliefs: A Cross-Cultural Sourcebook*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- LEANDRO, Maria Engrácia, LEANDRO Ana Sofia (2003), "Sociedade em mutação e processos identitários", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 21 (1-2), pp. 11- 38.

- LEANDRO, Maria Engrácia (2002), “Herdeiros das identidades religiosas. Percursos juvenis contrastados entre as permanências e as inovações” *Revista Portuguesa de Ciências das Religiões*, Ano I-2002, 2º Semestre, nº 2 Dezembro, p. 19-37.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2002), “Recomposição identitária e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg”, *Humanística e Teologia*, 23, pp. 287-346.
- LEANDRO, Maria Engrácia, VAZ PATO, Manuel (1997), *Cadernos Sinodais III*, Braga, Secretariado Geral do Sínodo.
- Leandro, Maria Engrácia (1995), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l’insertion sociale*, Paris, L’Harmattan (Coll. “Migrations et changements”).
- MACHADO PAIS, José (1998), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*, Lisboa, ICS-UL.
- MEAD, Margaret (1977), *Le fossé des générations*, Paris, Denoel/Gonthier.
- MUXEL, Anne (1996), *Individu et mémoire familiale*, Paris, Nathan.
- NUNES DE ALMEIDA, Ana (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in VALA, Jorge, VILLAVÉRDE CABRAL, Manuel, RAMOS, Alice, (orgs), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL, pp. 47-93.
- PERCHERON, Annik (1992), “La transmission des valeurs”, in DE SINGLY, François (org.), *La famille, l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 183-193.
- RODET, Chantal (org.) (2003), *La transmission dans la famille: secrets, fictions et idéaux*, Paris, L’Harmattan.
- ROUSSEL, Louis (1993), “O futuro da família”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 165-179.
- THOMAS, Louis-Vincent (1993), “En découdre avec les valeurs”, in Équipe de Recherche CMVV, *Valeurs et changements sociaux*, Paris, L’Harmattan, pp. 9-16.
- WILSON, B. (1985), “Morality in the evolution of the modern social system”, *The British Journal of Sociology*, 36, 3, septembre, pp. 315-332.